

Nº 976

Rio de Janeiro, 10 de abril de 1968

Prezado José de Melo Gomes,

Recomendo à sua atenção D. Elizabeti Casa Grande, da equipe do PATE, que dentro de poucos dias estará em Maceió para prestar-lhe sua colaboração.

Conheci essa pessoa em 66, no Território de Rondônia, tendo o ensejo de apreciar-lhe a solidez dos conhecimentos e a seriedade do trabalho.

As qualidades de D. Elizabeti poderiam ser aproveitadas , particularmente, em um dos três seguintes setores:

1. Ensino Médio.
2. Pesquisas Educacionais.
3. Organização da SEC, em decorrência do recente decreto-lei.

No tocante à educação de adultos, nada de novo lado UNESCO. Mas eu acredito, na base de várias conversas com M. Rose, Conselheiro Cultural da Embaixada da França, que esta poderia oferecer-lhe alguma colaboração nêsse setor. É bom procurar falar com o responsável pela Alliance Française em Maceió, que transmitiria a M. Rose.

Muito cordialmente e até breve, eu espero.

MICHEL DEBRUN

Ilmo. Sr.  
Prof. José de Melo Gomes  
DD. Secretário de Educação de Alagoas  
Secretaria de Educação e Cultura  
MACEIÓ - Alagoas

Nº 975

Rio de Janeiro, 10 de abril de 1968

Prezado Carlos Alberto Sampaio

Falei, ainda hoje, com M. Rose Conselheiro Cultural da Embaixada da França, sôbre a possibilidade de um entrosamento entre esta e a SEC do Sergipe, no tocante às possibilidades de um programa de educação funcional de adultos.

O Conselheiro ficou bem impressionado pela descrição que eu fiz de sua atuação pessoal - e da atuação do seu "staff" - na frente do sistema educacional do Sergipe. Insisti particularmente sôbre as mudanças institucionais em curso.

Muito cordialmente e até breve, eu espero.

MICHEL DEBRUN

Ilmo. Sr.  
Prof. Carlos Alberto Sampaio  
DD. Secretário de Educação do Sergipe  
Secretaria de Educação e Cultura  
ARACAJU - Sergipe

Rio de Janeiro, 9 de abril de 1968

Nº 974

Ao: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes,  
Coordenador do CROSE

De: Michel Debrun,  
Perito da UNESCO

Assunto: Atividades no CROSE desde 1966.

Apresento-lhe um relatório sintético das minhas atividades dentro da equipe CROSE - ou CEOSE, a partir de fevereiro de 1967 - desde abril de 1966.

Distinguirei quatro períodos:

1. Abril-Setembro/66:

a) Na ausência de membros brasileiros, a equipe do CROSE se reduzia a três peritos da UNESCO (Furtex, Torfs, Debrun), sem orientação precisa. Havia algumas dúvidas sobre o conteúdo e o significado exato do acordo celebrado em fins de 1965 entre o então Diretor do INEP, Prof. Carlos Pasquale, e o Sr. Robert Davée, técnico da UNESCO. Esse, no segundo semestre de 1965, tinha equacionado com as autoridades educacionais brasileiras as possibilidades de uma colaboração da UNESCO em matéria de planejamento e administração da Educação, chegando a formular um esquema de CROSE. Pensava que o Prof. Pasquale concordava com esse esquema - mas o Diretor do INEP, embora reconhecendo a existência de um acordo, parecia entender as coisas de maneira bastante diferente. Colocava a ênfase muito mais sobre a organização dos sistemas educacionais (em particular a reestruturação das SEC) do que sobre o planejamento propriamente dito.

Nessas incertezas, tentamos redefinir o programa e cronograma dos CROSE num documento que, além de atender a determinadas ponderações do Prof. Pasquale, refletia também as preocupações dominantes de cada um de nós. Ou seja: ênfase sobre a pedagogia por parte de Pierre Furtex; sobre o planejamento por parte de Jacques Torfs; sobre a sociologia e administração da educação da minha parte. Esse documento modificou

substancialmente o esquema Davée: em vez de nove temários, cada um exposto e debatido durante uma semana, sucessivamente em quatro regiões (o que daria 36 CROSE, já que o Brasil tinha sido dividido em 4 regiões), propusemos quatro temários mais abrangentes. Cada um seria debatido durante uma semana a uma semana e meia, nas quatro regiões, sucessivamente (o que daria 16 CROSE); entre dois temários haveria intervalos (não previstos no documento Davée), a fim de meditar sobre os êxitos e fracassos registrados.

b) Esse período, na verdade, foi sobretudo dedicado a atividades exteriores ao CROSE, ou com êles só indiretamente relacionados. Da minha parte: preparação da missão UNESCO que, em julho-agosto de 1966, veio opinar sobre a reestruturação da Universidade da Bahia; participação em seguida aos trabalhos dessa missão; participação em agosto ao Colóquio de Belo Horizonte sobre o Ensino Primário; seminários, após o colóquio, sobre a organização da Faculdade de Educação da UFMG com a comissão encarregada dessa estruturação etc ...

## 2. Setembro-66/Fevereiro-67:

a) No início de setembro se constituiu a comissão brasileira/UNESCO encarregada de redefinir o CROSE e, posteriormente, promovê-los. Os trabalhos dessa comissão tomaram, como ponto de partida das suas discussões, um documento elaborado meses antes pelo Prof. Durmeval Trigueiro e o nosso próprio documento. Aos poucos se chegou a um documento unificado.

b) Esse documento foi em seguida (dezembro-66/janeiro-67), apresentado aos Secretários de Educação, aos membros dos Conselhos Estaduais, aos Reitores etc ... das várias unidades da Federação, a fim de mobilizar a opinião dos educadores a favor do novo empreendimento. No que me diz respeito, visitei os Estados de Mato Grosso e Acre, e o Território de Rondônia, em dezembro de 1966; os Estados de Maranhão e Piauí em janeiro/66. Cada uma dessas visitas deu lugar a um relatório pormenorizado sobre minhas atividades, sobre as possibilidades dos respectivos sistemas educacionais e sobre as chances dos CROSE.

c) Logo verificou-se - e essa conclusão foi também a dos meus colegas - que os CROSE teriam pouca probabilidade de êxito: seria difícil reunir quatro vezes, durante 8 a 10 dias, os educadores de uma mesma região; seriam escalados, de preferência, para êsses encontros, os responsáveis mais influentes, em detrimento de pessoas menos importantes no organograma das SEC, mas que não deixam quer de assegurar o funcionamento

das máquinas educacionais quer de possuir grandes qualidades, aproveitáveis no futuro em outra constelação política; aqueles responsáveis não poderiam dedicar senão uma atenção distraída e um tempo escasso aos colóquios - vislumbra-se facilmente que, cada vez, os abandonariam depois de um ou dois dias de "presença"; a reunião de Estados muito desiguais entre si daria maior pêsso à voz dos grandes Estados; os problemas de cada Estado, apesar dos seminários previstos na parte da tarde, não poderiam ser captados na sua vivência e nos seus pormenores; enfim, haveria muitas dificuldades logísticas e muitas despesas para congregar, nos vários lugares, tanta gente.

d) Nessas condições, decidiu-se, nas vésperas do 1º Colóquio - que devia se verificar em São Paulo na 1ª quinzena de março - de transformar os Colóquios Regionais em Colóquios Estaduais (CEOSE).

### 3. Março/Dezembro/67:

a) Participei da realização dos Colóquios da Paraíba (8 a 16 de março); Sergipe (19 a 26 de abril); Paraná (22 a 27 de maio); Santa Catarina (5 a 8 de julho).

b) Em fins de julho, fiz uma viagem ao Nordeste para verificar os intentos mudancistas ocorridos em decorrência dos primeiros CEOSE; e para preparar os CEOSE de Pernambuco e Alagoas. Tive também uma reunião com o Superintendente e o Diretor do Departamento de Recursos Humanos da SUDENE, no sentido de sondar a entidade sobre a possibilidade de organizar, para o fim do ano, um encontro regional cuja finalidade seria estudar os objetivos do planejamento educacional na região Nordeste e a repartição dos encargos desse planejamento entre a Federação, o organismo regional e as unidades estaduais. Tal iniciativa - cuja idéia, na opinião de Maciel e na minha, não deve ser abandonada - representaria uma certa volta ao espírito dos CEOSE, com essa diferença que, até sua realização, os Estados (ou a maior parte deles) já teriam sido assistidos pela equipe CEOSE, portanto motivados e preparados em profundidade para o encontro regional. Por outro lado, êste encontro equacionaria apenas os problemas de planejamento, com os respectivos técnicos (atuais ou em potencial) deixando de lado as questões relativas à reorganização das SEC, supostamente solucionados em decorrência dos CEOSE.

Como se sabe, as reuniões com o pessoal dirigente da SUDENE não deram, na época, os resultados esperados. A idéia do CEOSE nordestino sobre planejamento continuou caminhando, porém.

c) Por ocasião dessa viagem, e de outras viagens entre agosto e dezembro, constatei que a receptividade às sugestões da equipe CEOSE estava particularmente boa nos Estados de Paraíba e Sergipe. Neste último parece que os projetos de reestruturação da SEC que elaboramos, Jacques Torfs e eu, estão acabando de superar as últimas resistências. Quanto à Paraíba, lembro-lhe que houve uma permanente troca de correspondência entre mim (Ofícios n.ºs. 676, 689, 690, 696, 736, 895, 927) e o Secretário José Medeiros Vieira. O ante-projeto de lei de reorganização da SEC, que V. e eu elaboramos juntos, foi objeto de sucessivos aperfeiçoamentos. Apresentei também algumas idéias que poderiam servir a Medeiros para expor a filosofia da lei. Enfim, houve numerosas gestões, no sentido de mandar para a Assessoria de Coordenação, Planejamento e Controle prevista no ante-projeto, um estatístico de grande gabarito.

d) Nos meses de setembro-outubro participei da elaboração do programa do Ciclo de Planejamento e Administração da Educação, o qual, infelizmente, não se realizou. Por ocasião desta preparação, redigi alguns documentos: "Princípios da Reforma Administrativa das SEC"; "Os Órgãos-fins das SEC"; "Os Órgãos-meios das SEC"; "A Divisão de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério Primário".

e) Em novembro participei, na sede da UNESCO em Paris, da elaboração do documento de trabalho destinado a preparar a Conferência Internacional sobre Planejamento da Educação (agosto/68).

#### 4. Janeiro-Março/67:

a) De 8 de janeiro até fins de fevereiro integrei a comissão da UNESCO encarregada de estudar a possibilidade de implantar, no Brasil, um projeto-piloto de alfabetização funcional.

b) No ensejo de uma visita ao Recife, com essa comissão, a certei com a Divisão de Educação do DRH da SUDENE as modalidades de futuros CEOSE, que incluiriam a participação conjunta da nossa equipe, do IPEA, da SUDENE e do Instituto do Serviço Público da Bahia. Foi combinado que faríamos duas experiências-piloto, no Maranhão e no Piauí, em fins de março.

c) Esses dois CEOSE se verificaram, com bom êxito na minha opinião, na data prevista. A colaboração entre as entidades referidas funcionou plenamente, havendo de destacar além da atuação de Maciel e de Amorim (IPEA), a de Dona Maria Alice do ISPB, autora de projetos de reestruturação para as SEC do Maranhão e do Piauí. A discus-

são girou, principalmente em torno desses projetos, bem em conjunto, mas dos quais estava ausente a consideração de alguns aspectos educacionais fundamentais. É provável que as sínteses às quais chegamos, por consenso unânime, sejam encampadas pelos respectivos Estados.

d) De volta, passei por Natal onde estudei com o Secretário Sr. Jarbas Bezerra, a eventualidade de um CEOSE no R.G. do Norte, o qual se verificaria entre 15 de maio a 15 de junho. As moças da SUDENE, por sua vez, concordaram em visitar em breve a SEC do Ceará, a fim de estudar a possibilidade de um CEOSE no mesmo período.

e) Depois do CEOSE R. G. do Norte e Ceará, toda a área do nordeste (e uma parte do Norte) terá sido coberta. Acredito, então, que poderemos enveredar por uma nova fase do CEOSE, pelo menos nessa região. Maciel e eu concordamos nas seguintes idéias:

- Não haveria mais Colóquios propriamente ditos, mas uma assistência técnica contínua aos estados, através da ação conjunta das entidades acima evocadas.

- Na hipótese da reforma administrativa das várias SEC estar seriamente encaminhada, poder-se-ia dar maior ênfase ao planejamento. Sugerimos a criação de um pequeno escritório de planejamento, que funcionaria dentro do CRPE do Recife, sob a direção de Maciel e com participação periódica dos outros elementos da equipe: a tarefa desse escritório seria formar ou reciclar planejadores escolhidos nos Estados (1 ou 2 por Estado), no decorrer de estágios muito breves (1 ou 2 meses), que não comportariam palestras, conferências etc ..., mas apenas trabalhos concretos, cuja metodologia poder-se-ia inspirar nos documentos nossos, e nos que Maciel elaborou para Pernambuco.

- Na mesma perspectiva, a idéia do CROSE Nordestino tornaria novo impulso: ele poderia se realizar quer no decorrer desses estágios de planejamento quer no fim deles (lá, por volta de outubro) constituindo, neste caso, seu coroamento e permitindo um equacionamento mais amadurecido das tarefas a serem desempenhadas, no campo do planejamento, pelas várias instâncias por este interessadas.

f) É evidente, porém, que o êxito decisivo dessa nova fase dos CEOSE depende do rumo que tomará a remodelação institucional em curso do âmbito federal, e do lugar que, na reforma do MEC, será reservado à nossa equipe.



M. E. C. - I. N. E. P.  
**CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS**  
Rua Voluntários da Pátria, 107 - Botafogo  
Rio de Janeiro - GB - Brasil

965  
CC. nº 965/68  
Em 27/3/68

**DO:** Coordenador dos  
Colóquios Estaduais e/ Org. Sistemas de Educação

**AO:** M. D. Diretor do  
Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

**ASSUNTO:** Prestação de Contas (fsc)

Senhor Diretor:

Tenho a honra de submeter ao exame e aprovação de Vossa Senhoria a anexa Prestação de Contas dos recursos postos à disposição dos Colóquios Estaduais Sobre Organização dos Sistemas de Educação, correspondente às despesas efetuadas no período de Setembro a Dezembro de 1967.

Em anexo, segue o Cheque nº 959 962, cuja importância de R\$(133.167,60 (Cento e Trinta e Três MIL, Cento e Sessenta e Sete Cruzes e Noventa e Sessenta Centavos) correspondente ao saldo verificado do fim do exercício.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Senhoria meus protestos de estima e consideração.

Darceval Brígido Mendes  
Coordenador dos CINE



Nº 961

Rio de Janeiro, 25 de março de 1968

Ao: Dr. Carlos Alberto Moro  
DD. Secretário de Educação do Paraná

De: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes  
Coordenador dos CEOSE

Senhor Secretário,

Tenho o prazer de dirigir-me a V.Ex.<sup>a</sup> para tratar das atividades dos CEOSE (Colóquios Estaduais sôbre a Organização de Sistemas de Educação) no Paraná, as quais se iniciaram com a visita a êsse Estado, de tóda a nossa equipe. Seria desnecessário detalhar, novamente, os objetivos dêste órgão criado pelo MEC, com a participação da UNESCO; lembramos apenas que êle veio responder à necessidade de promover o planejamento educacional, situando-o, originariamente, ao nível dos Estados, e atribuindo a sua responsabilidade a um staff qualificado nos diversos domínios abrangidos pela política da educação: o educacional pròpriamente dito, o sociológico, o econômico, etc. O planejamento educacional, como sabe V.Ex.<sup>a</sup>, se apresenta com exigências pròprias, não podendo assimilar-se a normas puramente mecânicas com que, por equívoco, se confundem às vêzes, em nosso país, as atividades dêsse gênero.

Desejaria lembrar, ainda, outras características da ação do CEOSE: o sentido prático, procurando concorrer - quando é o caso - para a transformação das condições e métodos de trabalho das Secretarias, ou mesmo, das estruturas do sistema educacional; o sentido de cooperação que exclui qualquer propósito de substituir-se às iniciativas locais às quais, ao contrário, procura estimular; e o sentido de continuidade, constituindo um processo permanente de ajuda técnica.

A primeira etapa desse esforço compreendeu a mencionada visita de membros do CEOSE, e o relatório que levei pessoalmente a essa Secretaria, em agosto, contendo a análise da situação educacional do Estado, e propostas bastante concretas, visando à reformulação do sistema que a rege.

Uma vez que os contatos entre o CEOSE e essa Secretaria tiveram a participação de V.Ex.<sup>a</sup> como responsável pelas transformações projetadas, ficamos aguardando até agora o seu pronunciamento sobre o relatório, assim como as informações sobre medidas porventura adotadas em consequência das sugestões nele contidas, caso tivessem merecido a sua aprovação.

Obtivemos, já há bastante tempo, informações incompletas, o que nos impede de conhecer o desdobramento do processo iniciado com a nossa visita ao Paraná. Desejando fixar a posição do CEOSE nesse Estado em relação a um programa em preendido, por solicitação do próprio Estado, e com o qual está comprometido o MEC, com a participação da UNESCO, decidimos estabelecer novo contato, próximo, com V.Ex.<sup>a</sup> e o Sr. Governador do Estado. Com esse objetivo, deverá chegar a Curitiba, no dia 21 de abril, o Dr. Jacques Terfs, membro do CEOSE.

Atenciosas saudações

Durmeval Trigueiro Mendes

Nº 950

Rio de Janeiro, 15 de março de 1968

Dr. José Antonio Silva Coutinho  
DD Presidente da Comissão Estadual  
de Salário Educação  
Rua Paraíba, 641  
BELO HORIZONTE - MG

Prezado Senhor,

Tenho a honra de referir-me ao seu ofício nº 28/68, de 26 de janeiro deste ano, em que teve por bem solicitar as minhas críticas e observações, relativas aos trabalhos desenvolvidos pela CESE, particularmente no que diz respeito as pesquisas sobre o ensino primário no Estado.

Desejo mencionar que considero que todos os trabalhos que me foram apresentados pela CESE sobre um plano de desenvolvimento do ensino primário e um programa de construção escolar para o Estado da Bahia aproveitam as ultimas técnicas e criterios, e respondem as mais exigentes normas em materia de planejamento educacional.

Em novembro de 1967 tive o prazer de apresentar, pessoalmente, aos membros de uma reunião internacional de peritos em planejamento da UNESCO, em Paris, o diagnostico da situação educacional de Minas por zonas geograficas, realizado pela CESE. Os comentarios feitos a respeito deste estudo foram muito favoraveis.

As varias comunicacoes que mantive com o pessoal tecnico da CESE, sobre a aplicacao das matematicas educacionais as projeções do plano de ensino primario, confirmam que este pessoal e de alto nivel e grande competencia para a realizacao deste tipo de trabalho.

Em minha opiniao pessoal, o grupo tecnico da CESE de Minas Gerais e um dos melhores grupos de Planejamento Educacional do Brasil. Acredito que meus colegas do Instituto de Pesquisas Economicas Aplicadas, que tambem conhecam as realizacoes deste grupo, tem uma opiniao semelhante.

Muito atenciosamente,

Jacques Torfs  
Perito da UNESCO

Nº 949

Rio de Janeiro, 20 de março de 1968

Ao: Dr. Arlindo Lopes Corrêa  
Chefe do Departamento de Educação do IPEA

Do: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes  
Coordenador dos CEOSE

Prezado Dr. Arlindo Corrêa

Continuando seu programa de assistência técnica aos Estados no campo educacional, segundo as diretrizes que já são de seu conhecimento, vai o CEOSE realizar um encontro em S. Luís, Maranhão, de 28 a 30 deste mês, e outro, em Teresina, Piauí, de 31 deste a 2 de abril.

De acôrdo com sua filosofia de ação — de realizar um esforço integrado, com a participação de outros órgãos qualificados para essa tarefa — vem o CEOSE mantendo contatos com o IPEA com vistas à complementaridade de seus respectivos programas relacionados com aquêle objetivo.

Dentro dessa orientação, desejaríamos contar com a colaboração do Departamento de Educação do IPEA nos referidos encontros, dos quais deverá participar, igualmente, a SUDENE.

Solicitando a V.S. o obséquo de sua resposta com a possível brevidade, juntamente com a indicação do representante desse órgão, envio-lhe minhas

Cordiais saudações,

Durmeval Trigueiro Mendes

Nº 948

Rio de Janeiro, 18 de março de 1968

Caro Maciel,

Não havendo dificuldade maior de sua parte ou da parte do pessoal da SUDENE (nem do eventual representante do <sup>Instituto</sup> Serviço Público da Bahia), teremos o CEOSE do Maranhão nos dias 28, 29 e 30 deste mês.

Chegarei a Recife no dia 26 pela noite, e poderemos ter uma reunião no DRH da SUDENE, dia 27 às 9 horas. Peço a você o obséquio de promover essa reunião.

Depois as coisas se complicam um pouco: estando em con-  
serto a pista do aeroporto de São Luiz, este não pode, atualmente, receber jatos. Proponho, pois, que:

a) saíamos do Recife <sup>dia 27</sup> pelo Caravelle de noite, rumo a Belém, onde pernoitaríamos;

b) sigamos no dia 28, às 6,30, pela Paraense, até São Luiz, onde chegaríamos às 7,48.

É bom você falar com o pessoal da SUDENE a respeito, para que eles tomem providências próprias.

No que diz respeito à sua passagem Recife-Belém-S. Luiz -Terezina-Recife, levá-la-ei em mãos, tendo feito, inclusive, as reservas Recife-Belém e Belém-São Luiz.

Se êsse itinerário não lhe agradar, não vejo outra possibilidade senão a de você ir de DC-3 VARIG de Recife a São Luiz, na terça-feira, dia 28.

Só que, nesse caso, teria de tomar o avião às 6,00 para chegar, talvez, às 12,20, o que diminuiria, seriamente, o tempo de duração do CEOSE.

Se você rejeitar a 1ª solução — que eu vou adotar de qualquer modo — peço que telegrafe imediatamente, a fim de que eu possa tomar outras providências com o INEP.

Quanto a S. Luiz-Terezina, sábado dia 30 ou domingo 31, veremos mais tarde. A cada dia sua dificuldade.

Com um grande abraço de

Michel Debrun

P.S.: No tocante à Paraíba, espero que você possa ir, 4ª ou 5ª com Marco Antônio, a fim de intronizá-lo e de iniciar a colaboração que você consentiu.

Estou um pouco preocupado pelo fato de Medeiros não ter mandado a fórmula de contrato que tínhamos combinado.

Nº 942

Rio de Janeiro, 14 de março de 1968

Prezado Coordenador:

Tenho o prazer de mandar-lhe o meu programa de trabalho a curto prazo:

1. Poderia participar nos CROSE Maranhão e Piauí, junto com Maciel:

2. As datas seriam:

CROSE Maranhão: 28, 29 e 30 de março ou  
4, 5 e 6 de abril

CROSE Piauí: 31 de março, 1 e 2 de abril ou  
8, 9 e 10 de abril

Ou, inversamente, começando-se pelo Piauí.

3. Conforme os entendimentos mantidos no Recife em fins de janeiro, com Maciel e os componentes da Divisão de Educação do Departamento de Recursos Humanos da SUDENE, ambos os CROSE teriam um sentido muito pragmático. Não se trataria, ao contrário do que se fez em outros Estados, de devassar em totalidade e profundidade o sistema educacional dos dois Estados: já se verificou alhures que muitos dos pormenores colhidos não interessavam ao trabalho reformista que pretendemos - quer por ser irrelevantes, quer, pelo contrário, por ser de suma importância mas fora, provisoriamente do nosso alcance. Haveria, apenas:

a) de fazer uma análise sumária da realidade educacional dos dois Estados: análise essa facilitada pelos documentos que ficou de nos mandar a SUDENE e pelos relatórios que eu redigi sobre os dois Estados, quando da minha passagem em janeiro de 1967, por ocasião dos "Pre-CROSE".

b) de ver se nossa "filosofia educacional" - ou melhor a filosofia que está, aos poucos, brotando dos nossos contatos internos e dos contatos com o IPRA, a SUDENE etc... - pode se aplicar àquela reali

dade. Pode ou não haver, lá, uma distinção rigorosa das faixas normativas e executivas ? Dos setores administrativos e pedagógicos ? Uma Divisão do Ensino Ginásial, exclusivamente dedicada ao problema do tronco comum, às relações com as 5ª e 6ª séries, à introdução experimental do ginásio "menor" ? Esses e outros objetivos terão de ser vistos à luz das contingências sócio-econômicas, o que sugere, na aplicação, uma grande flexibilidade, desde que o espírito das reformas não seja deturpado.

c) de determinar quais os meios de promover a mudança ou de acelerar as mudanças favoráveis já em curso - no sentido desses objetivos. Quais as etapas a encarar ? De que meios psicológicos e administrativos (sendo a reforma administrativa como a fabricação de um instrumento segundo Espinosa: para efetivá-la, temos necessidade de um "pre-instrumento", isto é, devemos sugerir medidas administrativas emergenciais que permitam sua colocação em órbita) lançar mão na fase inicial ? Quais as pessoas e a distribuição de cargos a sugerir aos responsáveis pela política educacional ?

4. Nessa perspectiva, parece interessante conseguir, além da colaboração do IPHA e da SUDENE, a do Instituto do Serviço Público da Bahia, que já faz tempo está atuando nas áreas Nordeste e Norte. Ainda que às vezes discutível, o trabalho que vem realizando nos campos da reforma administrativa geral e da reforma de algumas secretarias, merece ser tomado como ponto de partida de discussão, se fôr possível com a participação de um membro da entidade. A influência que o Instituto já granjeou no Nordeste não nos permitiria, aliás, ignorar por inteiro os modelos racionalizadores que elaborou para as SEC do Maranhão e do Piauí.

5. Tentarei reativar no Recife - analisando a situação com Maciel e Medeiros - e, talvez, em João Pessoa, as possibilidades de colaboração nossa com a SEC da Paraíba.

6. Desejaria, na segunda quinzena de abril, ir ao Paraná e a Santa Catarina, a fim de ver, nos campos que mais me interessam (reforma administrativa e ensino ginásial), quais as disposições concretas dos dois Estados e até que ponto poderiam adotar as sugestões dos relatórios GEOSE.

Acredito que essa visita, seguindo a de Jacques Torfs, só poderá reforçar nossa atuação, na medida em que evidenciar a atenção contínua que dedicamos aos Estados.



7. Desejo, outrossim, lhe assinalar que consagro uma parte da minha atividade atual a uma pesquisa sôbre os problemas de decision-making na área das despesas educacionais. Comecei pelo âmbito federal. Cheguei a conclusões curiosas sôbre a importância respectiva de certos órgãos do MEC e do MINIPLAN.

Atenciosamente,

Michel Debrun

Nº 930

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1968

Prezado Prof. José de Melo Gomes,

A Missão da UNESCO encarregada de estudar, no Brasil, as possibilidades de implantação de um Projeto-Pilôto de Alfabetização Funcional não teve, infelizmente, o tempo de parar em Maceió.

Salientei, porém, aos olhos dos membros da Missão o interesse da Secretaria de Educação e Cultura de Alagoas pelo setor de educação de adultos. Ficou combinado que, em abril ou maio, quando vier ao Brasil o primeiro perito previsto - perito êsse que vai ter de equacionar de modo mais pormenorizado o Projeto e seus vários subprojetos -, êle não deixará de ir a Maceió, no sentido de ver se não haveria uma ou outra possibilidade de entrosar o trabalho valioso que se faz na SEC de Alagoas, com os sub-projetos que se vão concretizar no Nordeste. Dêstes, um provavelmente será realizado em zona industrial (talvez em Aratú, Bahia), outros em áreas agrícolas do Nordeste, em colaboração com entidades do tipo COHEBE, SUVALE, IBRA, etc ...

Agradeço as fotografias e recortes que V. me mandou, relativos ao CEOSE alagoano. É possível que até o fim de março eu passe por Maceió, na ocasião dos CEOSE do Piauí e do Maranhão.

Sem mais, no momento, subscrevo-me

Muito cordialmente

MICHEL DEBRUN

Il<sup>mo</sup>. Sr.  
Prof. José de Melo Gomes  
DD. Secretário de Educação e  
Cultura de Alagoas  
MACEIÓ

Nº 924

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1967

Prezado Prof. Carlos Alberto Sampaio:

Tivemos ontem uma reunião muito interessante com Dona Estelita Falcão. Os técnicos da UNESCO em educação de adultos - Srs Pierre Henquet e André Sammak - colheram a melhor impressão da sua mandatária e da sólida exposição que fez sobre a situação do problema, lá no Sergipe, bem como das possibilidades que se desvendam a curto prazo. V. encontrará considerações minhas sobre o assunto, numa nota anexa.

Independentemente disso, congratulei-me com D. Estelita a respeito dos últimos rumos que parece seguir a reforma da SEC. Achei ótima a conclusão a que todos chegaram, de que os Convênios não deviam, nem no nível do planejamento nem no da execução, enquistar-se em setores fechados, sob o pretexto, embora louvável, de melhor defender o dinheiro que representam. O essencial, para o uso não só honesto como racional desse dinheiro, é que os três principais dos valiosos assessôres que V. tem a chance de possuir (V, sabe a que pessoas me refiro) formem o arcabouço da Assessoria de Coordenação e Planejamento - o que não contraria, antes facilita, o desempenho dos misteres que exercem, ou serão chamados a exercer, em outras áreas-chaves. Com essas três pessoas bem entrosadas, V. tem afinal a alavanca de Arquimedes da qual precisava para levantar o sistema educacional do Sergipe.

Gostaria, outrossim, de destacar alguns pontos:

1. Acho que a Assessoria ACP, para suprir o Secretário e o CEE com sugestões de longo alcance, ou, quando fôr o caso, elementos de decisões rápidas, não deveria comportar, além dos três membros referidos, senão um estatístico - que seria muito útil na etapa de cadastramento intensivo que vão enfrentar em breve. Assim mesmo, esse técnico seria mais um auxiliar do que um membro da ACP.

Não me parece conveniente que os diretores de divisões, os chefes de seções etc... sejam, pelo simples fato de ocuparem êsses cargos, considerados membros da ACP: devem por ela ser consultados, a cada passo, sôbre os assuntos de suas respectivas áreas, mas sem tumultuar a elaboração dos planos e as decisões, ou projetos de decisões, ~~que se concretiza,~~ e que o Secretário, conforme os casos, terá quer de assumir por conta própria quer de submeter ao Conselho Estadual de Educação. A intervenção preponderante de tais elementos faria com que:

a) o rendimento geral da máquina educacional se tornasse mais lento;

b) perspectivas não raro limitadas, "bairristas", ou ainda pouco tecnicistas, apenas "humanistas" no sentido tradicional, tivessem voz exagerada no processo de planejamento;

c) <sup>houvesse</sup> haveria risco quer de uma paralisia do sistema, quer de um compromisso desprovido de sentido operacional, no caso de surgir uma oposição muito forte entre as várias divisões e seções.

2. Insisto na oportunidade, no seio da Divisão de Ensino Primário e Normal, de uma "Seção de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério Primário", que cuide, de modo sistemático, de todos os problemas referentes à formação e reciclagem dos mestres, com ênfase particular sôbre a recuperação das leigas (de primário completo para cima) . Sem descuidar, é claro, das próprias normalistas, cujo preparo pedagógico, no decorrer do ciclo colegial, é notoriamente insuficiente.

No tocante a êsse ponto, V. encontrará maiores esclarecimentos no documento que já lhe mandei sôbre o assunto (carta de 19 de outubro de 1967).

3. Num outro documento, mandado no mesmo dia, tinha sugerido que o principal problema a ser enfrentado pela nova Divisão de Ensino Médio seria o do ensino ginásial, das suas relações com as 5ª e 6ª séries primárias, do estabelecimento de um eventual tronco comum etc... Estas questões não são acadêmicas, antes exigem uma resposta urgente frente à pressão sociológica que se verifica um pouco em toda a parte, no Brasil, no sentido da criação de ginásios menores. Vários vão

ser instalados em Pernambuco, ainda este ano; e a Televisão Educativa da Universidade, antes mesmo de funcionar, tem previsto um programa especial para esse tipo de ginásio.

Permito-me sugerir que a SEC de Sergipe apele para os serviços do melhor (a meu ver) técnico na matéria no Brasil: Carlos Maciel, com as idéias do qual afino particularmente. Acaba êle de elaborar um documento notável sobre o assunto. Se êle fôsse convidado por um ou dois dias, acredito que Vs. chegariam juntos à formulação de algumas medidas práticas, as quais, embora não prejudgando o futuro do ginásio menor, a conceituação que terá daqui a um ou dois anos etc... , poderiam permitir que êle deslançasse desde já, (isto é, em março próximo), em algumas zonas estratégicas. Isso, como V. verá, custaria pouco, graças à utilização judiciosa da rede de professores e prédios existentes.

Sem mais pelo momento

Muito cordialmente

MICHEL DEBRUN

7/2/1968

A Educação de Adultos no Sergipe e a Possível Colaboração  
da UNESCO Nesse Setor

1. A Missão UNESCO constatou que, devido à defasagem temporal entre a implantação do Projeto-Pilôto de Alfabetização Funcional que ela entende propor à aceitação do Governo do Brasil (essa implantação só começaria a verificar-se a partir do segundo semestre do ano) e a intenção da SEC do Sergipe de fazer algo, desde já, em relação à educação de adultos, seria difícil encarar uma colaboração substancial, nêsse setor, em 1968.

2. Independentemente disso, deve-se observar que o projeto UNESCO, bem como os subprojetos que vai incluir e coordenar, pretende ligar estreitamente alfabetização, aprendizagem profissional e perspectivas concretas de desenvolvimento. Ou seja: o que lhe interessa, sobretudo, é a alfabetização que se revela imprescindível ao domínio de determinadas técnicas (ainda que relativamente elementares), industriais ou agrícolas - sendo, por sua vez, o manejo dessas técnicas, por determinados indivíduos, em determinado número, a condição de êxito de determinado programa, por exemplo de irrigação, de pesca, de instalação ou expansão de um conjunto de indústrias etc... Ora, não se pode vislumbrar muitos programas dêsse gênero no Sergipe, por enquanto. Existem, sem dúvida, os empreendimentos da Petrobrás. Parece, porém (haveria, evidentemente, de fazer pesquisas nesse sentido), que a maioria dos empregos, lá, se destina por uma parte a trabalhadores braçais, cujo rendimento não difere sensivelmente, sejam ou não alfabetizados; e, por outra parte, exige qualificações que a simples alfabetização, ainda que funcional, não pode proporcionar; e que, para êsses últimos empregos, existe relativa fartura de candidatos com as qualificações desejadas - ou que, já possuindo um back-ground educacional de primário para cima, podem facilmente adquiri-las, mediante um treinamento acelerado. Nessas condições, a alfabetização funcional, além de custosa, tem poucas justificativas econômicas: conforme os casos <sup>de</sup> demais ou poucos.

3. Isso não quer dizer que não existem perspectivas de colaboração entre a SEC do Sergipe e a UNESCO;

a) Projetos concretos de desenvolvimento, implicando num papel estratégico da alfabetização, podem surgir - sem dúvida se multiplicarão - nos próximos anos: encontrarão os resultados e lições do Projeto-Pilôto; poderão solicitar a assistência técnica dos responsáveis de tal ou qual subprojeto; poderão, através do parecer desses técnicos, conseguir recursos do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), capazes de facilitar essa implantação.

b) Ainda este ano, e mais ainda nos anos vindouros, os peritos em educação de adultos da UNESCO, particularmente os sediados na região Nordeste (subprojetos, prováveis, na zona industrial de Aratu; nas zonas agrícolas do São Francisco, do Jaguaribe etc...) terão a possibilidade de colaborar, de modo intermitente, à crítica e redefinição dos métodos e técnicas utilizados de educação de adultos pelas várias entidades, públicas ou privadas, atuando nos Estados nordestinos. Com efeito, a UNESCO, embora coloque a ênfase sobre a alfabetização funcional, não pode descurar das outras formas de alfabetização, contanto que evidenciem certa dose de relacionamento com o desenvolvimento. Interessa-se pela alfabetização semi-funcional, ou seja, por todo ou qualquer empreendimento que, mesmo que de modo difuso ou indireto, reforce a integração do indivíduo na civilização industrial e suas chances de mobilidade vertical; ou, no caso dos elementos rurais, lhes permita um melhor aproveitamento das condições locais, ao mesmo tempo que os adapte previamente a eventuais transferências para as zonas urbanas. Um intercâmbio de reflexões e experiências poder-se-ia, assim, estabelecer entre Sergipe e UNESCO, nas margens do Projeto-Pilôto.

4. No tocante ao órgão que, na SEC, deveria equacionar esses assuntos - no sentido, em particular, de controlar e eventualmente orientar entidades como a Cruzada ABC - acredito que se deveria tratar de uma Divisão de Educação de Adultos e Ação Comunitária, que integraria o Departamento Técnico-Pedagógico. Apesar das diferenças com o ensino comum, a educação de adultos não pode, com efeito, se desvincular do resto da educação elementar, com a qual há de ser constantemente confrontada, fôsse para destacar a especificidade dos processos que requer. Não parece aconselhável que seja incluída num eventual Departamento de Integração Social.

5. Tal departamento, aliás, suscita objeções: é pouco, ou demais. Pouco, se se pensa que os problemas evocados pela denominação proposta dificilmente terão sua solução no âmbito da SEC, ou sob sua liderança. Pode a SEC contribuir à definição dessa solução, à parte da sua execução - mas outros setores, econômicos em particular, não, pela força das coisas, de desempenhar aqui um papel tão ou mais importante. Pela mesma razão, o referido departamento seria demais: na impossibilidade de resolver os magnos problemas que levantariam, seus componentes deslizariam rapidamente para o verbalismo e a ineficiência, para a inutilidade retribuída - a não ser que fôsses enquadrados numa ação do governo em conjunto, no sentido de impulsionar a integração social em todos os setores. Parece preferível limitar-se à educação de adultos, conjugada com experiências de ação comunitária, nos lugares onde, como nas zonas rurais, tais tentativas podem facilitar a solução de questões muito concretas, e urgentes, para o grupo.

6. De qualquer modo, os recursos atribuídos (R\$50.000), dentro da SEC, à educação de adultos para 68 não permitem senão uma atuação modesta. Enquanto a participação da UNESCO não puder se manifestar de modo algum nesse terreno - isto é, no primeiro semestre do ano - acredito que a utilização desses poucos recursos só se poderá processar de modo racional se houver, por um lado, uma orientação global por parte de um ou outro especialista (por exemplo: Mansour, da Bahia; ou Judith da Matta Ribeiro, que dirige a Divisão de Ação Comunitária do D.R.H. da SUDENE); e, de outro lado, a utilização sistemática dos elementos do MEB esparsos no Estado, bem como, eventualmente, dos pertencentes ao Peace Corps (esses para ensinar técnicas elementares, por exemplo domésticas, em conexão com uma alfabetização que poderia assumir o caráter semi-funcional acima evocado). A experiência da Cruzada ABC, e sua atual evolução no sentido de uma redefinição dos currículos, dos critérios de distribuição de alimentos etc... deve ser observada com simpatia - comporta inegavelmente aspectos positivos - mas também com prudência. Um convênio com a Cruzada, ao mesmo tempo que traria recursos financeiros, implicaria também ônus do mesmo tipo, e, sobretudo, engajamentos de natureza intelectual e social, sobre a conveniência dos quais é cedo demais para se pronunciar. Poderiam os peritos da futura equipe UNESCO auxiliar na formulação dos pareceres sobre o assunto.



Nº 922

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1968

Ao: Dr. Galileu Graveiro de Amorim  
Secretário de Educação e Cultura  
do Estado de Santa Catarina

De: Prof. Michel Debrun  
Perito da UNESCO

Prezado Sr. Secretário,

Acabo de receber seu telegrama de 23/1/68.

Como já anunciou o Prof. Durmeval Trigueiro numa carta-Ofício nº 835 de 27 de novembro de 1967, o 1º Ciclo de Estudos sobre Planejamento e Administração Educacionais foi adiado, por razões independentes da nossa vontade. Acreditamos, pelos entendimentos que mantemos com a Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura, que se realizará, provavelmente, no fim de abril ou início de maio. Avisaremos, em tempo oportuno, ao Sr. e ao Presidente do Conselho Estadual.

Aproveito êsse ensejo para indagar sobre o destino do relatório CEOSE, que lhe mandamos em 31 de outubro de 1967. Será que o Sr. e as autoridades educacionais do Estado estão dispostas a encampar ou debater algumas das suas conclusões ?

Com essas explicações e êsse pedido, apresento a V.S.

Atenciosamente saudações

Michel Debrun

Rio, le 23 janvier 1968

N° 920

Cher Durmeval,

J'ai bien reçu votre lettre et vous remercie de cette aimable attention.

Voici quelques nouvelles:

I. Je pars dans le Nord-Est à la fin de la semaine, preten-  
dendo matar de uma cajadada só vários coelhos:

a) Paraíba: il faut activer le vote, par l'Assemblée Législative, de la loi réorganisant le Secrétariat d'Education; obtenir un contrat en bonne et due forme pour le statisticien (Marco Pimentel), dont nous pensons finalement, Torfs et moi, qu'il sera un très bon élément; voir de quelle manière Maciel et l'un de ses assistants pourraient collaborer d'une manière permanente à l'implantation du nouvel organigramme et au démarrage de la planification.

b) Pernambuco: je désire reprendre, avec R. Magalhaens, Maciel, Merval, etc ... le débat sur les structures du Secrétariat, en ce qui concerne notamment les instances et organes chargés de la planification. La correspondance que j'ai récemment échangée avec Maciel permet d'entrevoir un accord à ce sujet.

c) Sergipe: j'étudierai avec le Secrétaire et ses assess-  
seurs l'organisation à donner à la nouvelle division d'éducation. Les problèmes du professorat seront l'objet d'une attention particulière, et je défendrai les idées que nous avons en commun, vous et moi, concernant la priorité à accorder au recyclage des "leigas", ainsi que la formation et l'orientation de tous les types de professeurs primaires (normaliennes comprises) par une même Section de Formation et Perfectionnement du Professorat Primaire.

d) Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas: avec la Mission de l'Unesco chargée d'étudier les possibilités d'implantation d'un projet d'alphabétisation fonctionnelle pour adultes, nous examinerons quels États seraient susceptibles de servir de cadre à des sous-projets dont les participants pourraient être, en plus des Secrétariats d'Education, des organismes comme l'IBRA, l'INDA, l'ABCAR, la PETROBRAS, la CHESF, la SUVALE etc ...

2. En ce qui concerne la publication du rapport CEOSE Paraíba par la "Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos", j'ai demandé à Jader sinon de surseoir à l'ensemble de cette publication (ce qui me paraîtrait préférable), du moins de ne rien imprimer de ce que j'ai écrit (ensino médio e Assessoria de Coordenação e Planejamento). Je trouve en effet ce rapport assez mauvais, et susceptible de ser tremendously contraproducente:

a) La connexion entre les différentes parties est faible: nous ne sommes pas consultés, et un certain nombre de thèmes que vous annoncez dans l'introduction ne sont pas développés par la suite, par Furter ou par moi, ou le sont insuffisamment; inversement des thèmes que vous ne mentionnez pas, ou auxquels vous faites seulement allusion, font l'objet de notre part d'une analyse prioritaire.

b) Les idées que j'avais à l'époque sur l'enseignement moyen brésilien étaient encore embryonnaires - elles se sont développées, justement, grâce aux CEOSE et à notre travail commun - et j'avoue que je serai ennuyé de les voir publiées sous leur forme première, même si l'on précise en tête du rapport qu'il ne s'agit que d'un début et que nous avons progressé depuis.

Il me semble donc préférable:

a) Soit de renoncer purement et simplement à la publication du rapport Paraíba, et de commencer directement par le rapport Paraná (par exemple);

b) soit de remanier profondément le rapport Paraíba, à votre retour.

Mais, bien entendu, je ne peux m'opposer à la publication de ce qui n'est pas mien, et mon refus ne concerne que les parties dont j'ai eu la responsabilité intellectuelle. J'ajoute d'ailleurs que, pour donner de toute manière une collaboration à la Revista, je suis en train

d'écrire un long article - lié à l'expérience CEOSE, mais qui n'engage que moi - sur la manière dont je conçois la structuration d'un Secrétariat d'Éducation et le rôle respectif des organes de politique éducationnelle, des organes-fins et des organes-moyens.

3. Il me paraît bon, si vous allez à l'UNESCO, de voir le Directeur du Département de Planification et Financement de l'Éducation, M. Diez-Hochleitner, ainsi que ses collaborateurs Bousquet, Lourié et Masseur. Il faut, je crois, - au cas où le problème du remplacement de Torfs, et peut-être de Furter, se poserait - insister sur l'importance prioritaire du travail au niveau des États (en particulier: aucune amélioration au niveau fédéral ne sera durable si les États ne sont pas capables d'absorber l'aide, intellectuelle et financière, qui leur vient du centre) et concevoir la composition de l'équipe en fonction de cette exigence: avant de conseiller à un Secrétaire d'État d'adopter telle ou telle mesure, fondée aux yeux de la Raison Technocratique (variété de la Raison Analytique selon Sartre), il convient de se demander si l'État est susceptible de "digérer" effectivement - et non pas simplement d'une manière "cartorial" - cette mesure, e, nessas condições, as figuras do administrador-sociólogo e do educador-sociólogo são tão ou mais importantes que as do estatístico ou do planejador puro.

4. J'ai eu une conversation à votre sujet avec M. Rose, Conseiller Culturel de l'Ambassade de France, qui est tout disposé, dès maintenant, à faire une démarche pour prolonger votre séjour en France. Mais où en êtes-vous, à ce sujet? Et avez-vous contacté la Division de l'enseignement Supérieur de l'UNESCO (M. Trapero), à propos du séminaire de Moscou? Si je puis vous être utile, écrivez-moi d'urgence.

5. Mes vacances (as que não pude tirar em dezembro, devido a nosso infeliz curso ... ): entre le 15 février et le 15 mars. Il serait ensuite possible:

a) de faire les CEOSE Maranhão et Piauí, avec la SUDENE (fin mars);

b) de faire le Cycle d'Administration et Planification de l'Éducation, par exemple du 15 avril au 15 mai.

Vous espérant, ainsi que Marcia et sa mère, en bonne santé, e saboreando gostosamente as idiosincrasias e valores (tantos os culinários e ferroviários como os educacionais e filosóficos) da velha França, je vous prie de croire, mon cher Durmeval, à mes sentiments très amicaux.

MICHEL DEBRUN

P.S. - J'ai parlé à Pierre Henquet de votre lettre. Il serait évidemment très heureux de vous rencontrer, soit ici soit en France.

Prof. Durmeval Trigueiro Mendes  
Hôtel Brighton  
218, rue de Rivoli  
PARIS 1er.